

Juliana Luiza Barbosa Dias

Discente do Curso de Geografia, Universidade de Brasília
juhdi33@gmail.com

Juscelino Eudâmidas Bezerra

Professor do Departamento de Geografia, Universidade de Brasília
jebgeo@unb.br

Impactos da Covid-19 na produção e comercialização de alimentos em Brasília-DF: desafios para os assentados/acampados da reforma agrária

Resumo

O setor agrícola foi severamente afetado pela pandemia de Covid-19, gerando incertezas sobre a produção e a distribuição de alimentos, o que afetou diretamente o trabalho de milhões de agricultores. Este artigo visa a analisar o impacto da pandemia na produção de alimentos em Brasília-DF, especialmente entre os agricultores assentados/acampados da reforma agrária. Para a análise, foram utilizados dados primários obtidos através de um questionário on-line destinado ao público da reforma agrária em áreas rurais das regiões administrativas da capital federal, além de dados secundários, disponibilizados por instituições públicas. Os resultados mostraram que o impacto da pandemia foi intenso entre os agricultores, deixando-os extremamente vulneráveis, principalmente nos meses iniciais da pandemia. Como forma de enfrentamento dos efeitos da pandemia, os trabalhadores adotaram quatro medidas específicas: a utilização do serviço de entrega *delivery*; a venda de cestas agroecológicas; a participação em redes solidárias e a venda direta em feira de reforma agrária. Essas novas dinâmicas de comercialização têm transformado as formas de interação campo-cidade ao demandar estratégias diferenciadas para alcançar os consumidores finais, contribuindo para amenizar os efeitos disruptivos da pandemia nos sistemas alimentares locais.

Palavras-chave: agricultura familiar, Covid-19, impactos socioeconômicos, pandemia, setor agroalimentar.

Abstract

IMPACTS OF COVID-19 ON FOOD PRODUCTION AND COMMERCIALIZATION IN BRASÍLIA-DF: CHALLENGES FOR AGRARIAN REFORM SETTLERS/CAMPED

The agricultural sector was severely affected by the pandemic of Covid-19, generating uncertainties about food production and distribution, which directly affected the work of millions of farmers. This article aims to analyze the impact of the pandemic on food production in Brasília-DF, especially among farmers settled in agrarian reform settlements. The analysis used primary data obtained through an on-line questionnaire addressed to the public of agrarian reform in rural areas of the administrative regions of the federal capital, as well as secondary data made available by public institutions. The results showed that the impact of the pandemic was intense among farmers, leaving them extremely vulnerable, especially in the initial months of the pandemic. As a way of countering the effects of the pandemic, workers have adopted four specific measures: the use of delivery services; the sale of agro-ecological baskets; participation in solidarity networks; and direct sales at agrarian reform fairs. These new commercialization dynamics have transformed the forms of countryside-city interaction by demanding different strategies to reach final consumers, contributing to mitigate the pandemic's disruptive effects on local food systems.

Key-words: family farming, Covid-19, socio-economic impacts, pandemic, agrifood sector.

1. Introdução

A crise global ocasionada pela pandemia de Covid-19, doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), afetou severamente a vida em sociedade, com repercussões diretas para a gestão da saúde pública, a mobilidade da população, bem como as diversas formas de interação social. Na tentativa de conter a pandemia, foram decretadas medidas de urgência, como quarentenas, *lockdowns*, fechamento do comércio, suspensão de aulas bem como de eventos e atividades com potencial de aglomeração.

Os efeitos econômicos da pandemia acometem de forma diferente setores como indústria, comércio, serviços, transporte e logística, telecomunicações e agricultura. Por sua extrema importância, a produção e a comercialização de alimentos não puderam ser interrompidas, mas

enfrentam inúmeros desafios para garantir o abastecimento da população, especialmente nas grandes cidades.

O setor agrícola também sentiu os impactos da crise sanitária devido às incertezas sobre a produção e a distribuição dos alimentos, o que afetou o trabalho de milhões de agricultores. A pandemia evidenciou de forma mais concreta aquilo que muitos geógrafos se esforçam para demonstrar através de explicações teóricas e empíricas: o espaço geográfico é constituído e perpassado por redes materiais e imateriais, que conectam escalas distintas do local ao global.

Devido à complexidade dessas redes, os impactos ocasionados no setor da agricultura e da produção de alimentos não são sentidos apenas nos espaços rurais, mas se refletem também nos ambientes urbanos. Dessa forma, para discorrer sobre o tema da alimentação, é necessário adotar uma abordagem mais abrangente, considerando as relações entre os meios rural e urbano e seus diversos agentes, como agricultores, atravessadores, feirantes, estabelecimentos de varejo alimentar e consumidores finais.

A tarefa de produzir o alimento e fazer com que este chegue até a mesa do consumidor final sempre foi uma verdadeira odisséia. Em contexto de pandemia, esse desafio foi multiplicado, tendo em vista os riscos envolvidos no transporte entre campo e cidade, os diferentes protocolos sanitários, a impossibilidade do não contato, a comercialização direta, entre outros.

Em um país de proporções gigantescas como o Brasil, com sua histórica e persistente desigualdade social, muitas soluções têm sido pensadas para conter o impacto no setor da alimentação. Medidas mais localizadas ganharam força pela ausência de uma gestão coordenada pelo Governo Federal para combater os efeitos da pandemia. Portanto, os governos estaduais e municipais, contando evidentemente com a ação da sociedade civil, procuraram adotar medidas de enfrentamento para apoiar os agricultores e assegurar seu sustento.

Este artigo visa a analisar os impactos da pandemia de Covid-19 na produção de alimentos em Brasília-DF, especialmente entre os agricultores, assentados/acampados da reforma agrária. O texto está organizado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção traz uma breve reflexão sobre a relação entre os meios rural

e urbano sob a ótica da alimentação, destacando a importância dos laços comerciais estabelecidos com a dinâmica produtiva nos espaços rurais. A segunda seção caracteriza as áreas rurais de Brasília, destacando seu quadro econômico e social, enquanto a terceira aborda o histórico da pandemia no Brasil, desde o primeiro caso confirmado de infecção e a dinâmica da pandemia na escala local. Por fim, na quarta seção, foram analisadas as respostas de questionários aplicados ao público da reforma agrária, com o intuito de verificar as principais estratégias dos produtores no contexto da pandemia.

2. Aproximações entre o rural e urbano a partir da alimentação

O contexto da pandemia de Covid-19 recoloca o tema da alimentação como atividade fundamental. Reitera-se o importante fato de que a alimentação é vital, seja fisicamente como fonte de calorias, energia e reprodução biológica, ou como atividade que envolve ritos, tradições e sociabilidade. Nesse sentido, qualquer ameaça de desabastecimento, tal como ficou evidenciado nas primeiras cenas da pandemia com pessoas lotando os supermercados para fazer estoque, coloca em xeque o modelo de organização da sociedade historicamente calcado na virtual abundância, na perenidade e na facilidade de acesso aos alimentos.

Em nossa sociedade majoritariamente urbana, os cidadãos não produzem seu próprio alimento, mas os adquirem nos mercados. Assim, a alimentação na cidade depende fortemente dos laços comerciais estabelecidos com a dinâmica produtiva que acontece nos espaços rurais desde o momento da produção dos alimentos por parte dos agricultores e agricultoras, passando pelo transporte e pela distribuição dos produtos, até a comercialização e o consumo em diferentes pontos comerciais, como feiras de rua, quitandas, redes de supermercados, bares, lanchonetes e restaurantes.

O delineamento de uma rede que envolve os alimentos (*follow-the-things*) e seus locais de produção, comercialização e consumo permitiu que o tema da alimentação também possa ser objeto de estudo da ciência geográfica. É crescente o número de publicações voltadas à Geografia da

Alimentação, cujo maior desafio é realizar estudos com recortes pós-disciplinares sobre a alimentação, através de metodologias variadas e conceitos como o de paisagens alimentares (ATKINS, 1988; COOK, 2006; COOK et al., 2013; GOODMAN, 2016; VONTHRON; PERRIN; SOULARD, 2020; PIRES VIEIRA DA ROCHA, 2017).

Historicamente, a temática da alimentação na Geografia aparece principalmente como foco da Geografia Rural, centrada na análise da paisagem rural, cujo elemento definidor – por excelência, mas não somente – consiste na presença de atividades voltadas para a produção agropecuária (RUA, 2005; ANDRADE, 2010). Preconizada sob o enfoque da Geografia Agrícola, a discussão sobre o alimento volta-se para a análise da dinâmica da produção alimentar, ou seja, a produção *per se*, adotando uma abordagem quantitativa de produção e área plantada, matérias-primas, insumos, sistemas de cultivo, fluxos de exportação etc.

Mais recentemente, pesquisas sobre a Geografia Rural – especialmente influenciadas pela virada cultural – cada vez mais elegem o foco na comida como um importante aporte analítico. Para Cloke (2014, p.722), com a Geografia Rural renovada, busca-se capturar a mudança da produção em massa para uma produção mais variada de alimentos, produtos de nicho, alimentos locais, sustentáveis, orgânicos e justos. Carregados de novas simbologias, valores e modos de vida, esses alimentos são explorados por poderosas forças de *marketing* e podem ser encontrados em pequenas lojas de fazendas e até grandes redes de supermercados globalizadas.

Compreender a alimentação como uma atividade-ponte entre os mundos rural e urbano propicia um olhar diferente para a forma como se produz pesquisa no âmbito da Geografia Humana (BEZERRA, 2020). Nesta pesquisa, analisamos os impactos da Covid-19 no setor da alimentação, com foco na realidade dos agricultores de áreas de reforma agrária e de conflito fundiário do Distrito Federal, uma vez que esses trabalhadores constituem um grupo social excluído do acesso à terra e, portanto, do direito ao trabalho, à moradia e à reprodução econômica. Para prosseguir com nossa análise, descreveremos brevemente o espaço rural de Brasília, bem como seu quadro econômico e social.

3. Brasília rural: quadro econômico e social

A capital federal superou os três milhões de habitantes na estimativa populacional organizada pelo IBGE em 2020, demonstrando um ritmo intenso de crescimento em comparação com o último Censo Demográfico do IBGE, no qual o número total de habitantes foi de 2.510.160 (IBGE, 2010). Em 2010, a taxa de urbanização de Brasília era de aproximadamente 99%, visto que sua população rural contava com apenas 87.950 habitantes.

O caráter predominantemente urbano quanto à sua população residente está em descompasso com o território ocupado pelas cidades e atividades urbanas uma vez que 70% do território de Brasília é constituído por áreas rurais, categorizadas como zona rural de uso controlado e zona rural de uso diversificado conforme o Plano de Ordenamento Territorial (DISTRITO FEDERAL, 2009).

A produção agropecuária de Brasília é bastante diversa, com a presença desde grandes e médios produtores associados ao agronegócio globalizado até trabalhadores da agricultura familiar e camponesa, cuja produção se volta diretamente para o consumo local (BORGES, 2018). Os números mais recentes sobre a produção agrícola publicados pelo IBGE/PAM (2019) mostram que o total em hectares da área plantada ou destinada à colheita de produtos das lavouras temporárias e permanentes foi de 165.445 ha (tabela 1), o que representa 28% dos 578.778 hectares correspondentes à superfície total do Distrito Federal.

As culturas de soja e milho foram responsáveis por 84% da área plantada ou destinada à colheita do total de 30 produtos registrados. É interessante observar que esses dois alimentos são *commodities* internacionais com preços regulados no mercado financeiro, o que demonstra a integração do DF às redes globais de produção vinculadas ao agronegócio.

Tabela 1

OS DEZ ALIMENTOS MAIS CULTIVADOS NAS ÁREAS PLANTADAS OU DESTINADAS À COLHEITA NO DISTRITO FEDERAL EM 2019

Produto das lavouras temporárias e permanentes		Hectares
1	Soja (em grão)	75.000
2	Milho (em grão)	64.000
3	Feijão (em grão)	13.230
4	Sorgo (em grão)	5.000
5	Trigo (em grão)	2.950
6	Mandioca	1.250
7	Girassol (em grão)	700
8	Café (em grão) Arábica	410
9	Café (em grão) Total	410
10	Tomate	350
Total DF		165.445

Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal, 2019.

As culturas do agronegócio localizam-se em grande parte nas porções nordeste e sudeste do Distrito Federal, mais precisamente nas áreas inseridas nas bacias dos rios Preto e São Marcos. Nessas áreas, é possível observar um meio técnico-científico-informacional associado à reprodução do capital agropecuário (ELIAS, 2013), caracterizado pela presença de grupos empresariais que se dedicam especialmente à produção de grãos em grande escala, com utilização de maquinário moderno, tecnologias de irrigação, amplo acesso ao mercado internacional e integração ao mercado financeiro.

Os produtores da região foram atraídos desde a década de 1970 com a criação do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (BOTELHO FILHO, 2001) e beneficiaram-se com a existência de terras planas com boa disponibilidade hídrica e que favorecem o plantio de culturas de grande extensão.

A agricultura familiar e camponesa com menor integração aos mercados nacional e internacional localiza-se majoritariamente nas porções noroeste e sudoeste do Distrito Federal. Fazem parte desse grupo social trabalhadores rurais assentados e acampados da reforma agrária de movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), presentes em Brasília desde 1994 (SILVA, 2017);

pequenos produtores individuais em sítios, chácaras e agrovilas; trabalhadores integrados em cooperativas de produção e; praticantes da agricultura urbana e periurbana.

Tabela 2
PRODUTOS ORGÂNICOS MAIS CULTIVADOS NO DISTRITO FEDERAL POR PEQUENOS PRODUTORES EM 2020

	Produto orgânico	Hectares
1	Alface	60
2	Mandioca	35
3	Banana	34
4	Brócolis	27
5	Cenoura	23
6	Batata-doce	20

Fonte: EMATER-DF, 2020.

Embora a agricultura empresarial de grande escala concentre parte considerável da área plantada, a agricultura familiar se ocupa particularmente dos gêneros alimentícios da cesta básica, sobretudo através da produção de hortaliças e frutas (EMATER-DF, 2020). Outro fator importante relacionado principalmente à agricultura familiar refere-se ao crescimento da produção de alimentos orgânicos. Em 2018, a área destinada para esse cultivo era de 314 hectares, passando a 466 hectares em 2019 (EMATER-DF, 2020), com diversos produtos cultivados (tabela 2).

Historicamente, a agricultura familiar e camponesa é a modalidade de produção que mais tem enfrentado desafios para sua manutenção. Entre os motivos principais destacam-se a dificuldade de comercialização de seus produtos devido ao custo do transporte e da logística, a existência de muitos intermediários/atravesadores, a pressão nos preços exercida pelas redes varejistas, pouca disponibilidade de crédito e assistência técnica, êxodo rural dos jovens no campo, entre outras. Apesar disso, a agricultura familiar e camponesa é a única com condições de garantir em qualidade e quantidade a segurança alimentar da população (PAIVA, 2014). Dessa forma, é importante refletir sobre os desafios que os agricultores vêm enfrentando em razão da pandemia do novo coronavírus, especialmente na realidade de Brasília.

4. A evolução da pandemia na capital federal

Classificado como um novo tipo de coronavírus, o SARS-CoV-2, causador da Covid-19, teve seus primeiros casos alertados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 31 de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China. Os sintomas típicos de Covid-19, segundo a OMS, são febres, dor de garganta, fadiga, tosse ou dispneia. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que a Covid-19 havia se tornado um problema de saúde global, causando infecções graves do trato respiratório em humanos (ZHAI et al., 2020). Em pouco tempo, vários países e regiões em todos os continentes foram afetados, de modo que a pandemia se transformou em um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século.

Apesar das medidas adotadas na tentativa de combater o vírus, segundo a OMS, até o início de abril de 2021, mundialmente houve 130.422.190 casos confirmados de Covid-19, incluindo 2.842.135 mortes (OPAS/OMS, 2021). A vacinação foi iniciada no Reino Unido em 08 de dezembro de 2020, quando Margaret Keenan, idosa de 91 recebeu a primeira dose da vacina desenvolvida pela *Pfizer* e *BioNTech*. Até 31 de março de 2021, 547.727.346 doses de vacina foram administradas, dando continuidade ao processo massivo de vacinação da população (BRASIL, 2021).

No Brasil, segundo o Ministério da Saúde, o primeiro caso de Covid-19 confirmado surgiu em 26 de fevereiro de 2020. Alguns meses depois, o país se tornou um dos principais epicentros da pandemia, com os maiores índices de infectados e óbitos. Até o início de abril de 2021, foram registrados no país 13.013.601 de casos, com um total de 332.752 óbitos. Nesse período, o país bateu recordes de números de óbitos diários, com uma média de 3 mil mortos/dia (BRASIL 2021).

Após algumas medidas para contenção do vírus, como isolamento social, fechamento de diversos setores de serviços e paralisação das atividades econômicas, notou-se os primeiros impactos na economia brasileira. Segundo a Agência IBGE de notícias (IBGE, 2021), a pandemia no Brasil foi responsável por uma queda de 4,1% no Produto Interno Bruto (PIB). Como resultado, a taxa de desemprego alcançou 14,6% entre julho e setembro, quando o isolamento social e a retração da economia reduziram a oferta de postos de trabalho, principalmente após a segunda onda de contaminações

e a constatação de uma nova variante brasileira do coronavírus, denominada P1, identificada em Manaus-AM.

Ao afetar todas as áreas da economia, a pandemia também causou impactos importantes no setor alimentício. O fechamento temporário dos estabelecimentos de comercialização de alimentos, como feiras livres, restaurantes, bares, escolas e mercados afetou severamente os pequenos produtores. Segundo Ribeiro Silva e colaboradores (2020, p. 3424), “para muitos grupos da agricultura familiar, aqueles que já viviam em situação de pobreza ou limitações nas condições socioeconômicas, a pandemia da Covid-19 pode significar intensificação da vulnerabilidade social”. Em relação à dimensão nutricional e alimentar, a crise econômica, política e sanitária causou uma redução na segurança alimentar de todo o Brasil, de modo que, atualmente, 116,8 milhões de pessoas sofrem com a insegurança alimentar e 19,1 milhão estão passando fome (OLHE PARA A FOME, 2021).

Em Brasília, o primeiro caso de contaminação pelo novo coronavírus registrado pela Secretaria de Saúde ocorreu em 07 de março (SILVA et al., 2020). Em 19 de março de 2020, Ibaneis Rocha, governador do Distrito Federal, assinou o Decreto nº 40.539, de 19 de março de 2020, suspendendo inúmeras atividades como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública em face ao novo coronavírus. Com relação ao setor da alimentação, o decreto proibiu o funcionamento de estabelecimentos comerciais de qualquer natureza (bares, restaurantes, lojas de conveniências e afins), excluindo-se supermercados, atacadistas e varejistas, minimercados, mercearias e afins, padarias (exclusivamente para venda de produtos), açougues e peixarias (DISTRITO FEDERAL, 2020).

Em abril de 2021, segundo a Secretaria da Saúde do Distrito Federal, houve 351.631 pessoas infectadas pelo novo coronavírus, dos quais 6.373 vieram a óbito (DISTRITO FEDERAL, 2021). Assim como no Brasil, a capital federal também enfrenta os efeitos negativos da pandemia na economia local, com o fechamento de milhares de estabelecimentos e consequente aumento do desemprego.

Diante desse contexto, buscamos analisar os impactos da pandemia no setor da alimentação em Brasília-DF, com ênfase nos trabalhadores de assentamentos de reforma agrária. Esse grupo foi selecionado em virtude de sua maior vulnerabilidade, seja pelo fato de muitos ainda aguardarem

a regularização da posse da terra, como também por ter sua produção comercializada diretamente nas cidades próximas, através das feiras e da venda direta (PORTO; GRISA, 2020).

É importante lembrar que os assentados não comercializam sua produção através das grandes redes de supermercados, utilizando, sobretudo, o sistema de varejo tradicional (LEDA, 2017). Dentre os estabelecimentos de comercialização de alimentos, os supermercados foram os mais beneficiados pelos decretos por serem considerados atividade essencial. Portanto, ao longo de toda a pandemia, os supermercados permaneceram abertos diuturnamente, ao contrário dos demais equipamentos comerciais, o que já revela uma desigualdade na política de abastecimento no contexto da pandemia.

5. A realidade dos assentamentos/acampamentos no contexto da pandemia

Os resultados alcançados nesta pesquisa foram obtidos através de questionários aplicados ao público da reforma agrária no Distrito Federal, além de dados secundários disponibilizados por instituições públicas, como IBGE, EMATER-DF e IDEC. Os questionários foram sistematizados na plataforma Google Formulários e aplicados virtualmente durante março e abril de 2021, através do envio do *link* via *WhatsApp* para grupos de contatos de assentados.

O questionário foi composto por três seções. A primeira seção, denominada *Identificação: caracterização geral*, visava a formar o perfil dos assentados, através de informações como nome, endereço, sexo, escolaridade, participação em assentamento e/ou acampamento, número de famílias, principais produtos produzidos, formas de comercialização, utilização da força de trabalho, existência de certificações e renda. Na seção 2, *Ações durante a pandemia*, as perguntas versaram sobre casos de contaminação por Covid-19 na família, principais problemas trazidos pela pandemia nas atividades que envolvem o assentamento e estratégias adotadas. Por fim, a terceira seção, intitulada *Sociedade Civil e papel do Estado*, foi composta por duas perguntas: a primeira visava a verificar o apoio de entidades, associações, sindicatos ou movimentos sociais durante a pandemia, enquanto a segunda questão

referia-se ao recebimento de apoio por parte do Estado através de crédito financeiro (excluindo o auxílio emergencial) e/ou assistência técnica.

Diante das dificuldades de aplicação de questionários *on-line* para residentes de áreas rurais, com restrições no acesso à internet, pouca disponibilidade de tempo e com pouca familiaridade em relação ao uso da plataforma, obtivemos apenas oito participantes. Embora os dados não apresentem valor estatístico, devido ao pequeno número amostral, esta pesquisa contribui com alguns indicativos acerca dos impactos da pandemia e as principais medidas adotadas pelos produtores rurais da reforma agrária do Distrito Federal.

Os respondentes eram moradores do assentamento *Pequeno William*, dois projetos de assentamento (*Roseli Nunes e Oscar Niemeyer*) e do acampamento *08 de março* (figura 1), todos localizados na zona rural do Distrito Federal, com destaque para Planaltina e Brazlândia e com abrangência de aproximadamente 130 famílias.

Responderam ao questionário quatro homens e quatro mulheres com idades entre 26 e 56 anos. Em termos de escolaridade, 40% tinham Ensino Fundamental incompleto, 40% completaram o Ensino Médio, enquanto 20% tinham Ensino Superior incompleto.

Quanto ao aspecto produtivo, encontramos grande variedade de produtos cultivados nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária, marca inerente à agricultura familiar e camponesa no Brasil. Os principais cultivos são: feijão, feijão verde, mandioca, milho, banana, mamão, goiaba, manga, couve, maxixe, alface, jiló, abóbora, capim-santo, hortelã, manjeriço, boldo, alecrim, cebolinha, pimenta, morango, berinjela, quiabo, limão, jabuticaba, abacate, chuchu, tomate, pimentão, batata-doce, cana-de-açúcar, cheiro-verde e ervas variadas. A figura 2, a seguir, ilustra alguns desses alimentos coletados no acampamento *08 de março*.

Para a comercialização dos produtos, os participantes da pesquisa utilizam tanto os meios mais tradicionais, como a venda em feiras livres, mercados, CEASA e cooperativas, como através das cestas, situação que será melhor discutida adiante, quando analisaremos as estratégias adotadas no contexto de pandemia. O mercado para produtos da agricultura familiar e camponesa no Distrito Federal é bastante expressivo, uma vez que a capital federal conta com uma população crescente em seus núcleos urbanos e em sua área metropolitana, população essa caracterizada pela maior renda mensal domiciliar *per capita* do país (R\$ 2.475,00) (IBGE/CIDADES, 2020).

Figura 1

VISÃO AÉREA DO ACAMPAMENTO 08 DE MARÇO, DO MST, LOCALIZADO NO DISTRITO FEDERAL



Foto: Mike Sena, 2021.

Figura 2

ALIMENTOS CULTIVADOS NO ACAMPAMENTO 08 DE MARÇO NO DISTRITO FEDERAL



Foto: Adonilton Rodrigues, integrante do MST (2021).

Segundo o mapeamento das feiras orgânicas realizado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) com atualização dos dados para 2021, foram catalogadas no Brasil 895 feiras orgânicas ou agroecológicas. No *ranking* das cidades com maior número de feiras, Brasília ocupou a segunda colocação, com 41 feiras, perdendo apenas para Recife, que possui apenas uma feira a mais (IDEC, s. d.). Dessa forma, se considerarmos os valores percentuais, é possível afirmar que as duas cidades estão praticamente empatadas com relação à disponibilidade de feiras orgânicas. Tal desempenho da capital federal sinaliza o grande potencial de consumo dos produtos da reforma agrária.

A mão de obra utilizada nas terras exploradas pelos sujeitos da pesquisa é totalmente familiar, de modo que os respondentes não empregam trabalhadores assalariados. Nas respostas colhidas, foi mencionado o trabalho coletivo, prática comum entre os assentados e acampados, que consiste na exploração de uma área comum dentro do assentamento ou no apoio de outros assentados na produção dos respectivos lotes. Dessa forma, muitas vezes os assentamentos e acampamentos são caracterizados pela existência de tarefas múltiplas compartilhadas e de ajuda mútua.

Um dado importante trazido pelas respostas coletadas refere-se à preocupação dos representantes da direção regional do MST quanto à inexistência de certificações para produção orgânica dos assentados e acampados. São muitos os obstáculos para a obtenção das certificações, porém o principal entrave é o elevado custo da certificação por auditoria na ausência de uma certificação participativa. Segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, a certificação é facultativa para “agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador” (BRASIL, 2003, *on-line*).

Embora a certificação não seja obrigatória, é exigido dos agricultores o credenciamento em uma organização de controle social, cadastrada em órgão fiscalizador oficial. Somente após esse credenciamento, é possível fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Um entrave para esse cadastramento é a oficialização de criação dos assentamentos junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que coloca esses pequenos produtores em uma condição vulnerável.

Outro desdobramento importante da não oficialização dos assentamentos é o comprometimento da participação dos assentados/acampados em políticas públicas tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O primeiro programa destina-se à compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, tendo como foco as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, aquelas atendidas pela rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. No segundo programa os agricultores podem produzir produtos para compor a merenda escolar de alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público).

O questionário ainda revelou que a principal fonte de renda dos participantes da pesquisa consiste na produção agrícola, embora também possam obter algum recurso financeiro através de trabalhos temporários e sem vínculo empregatício. Apenas uma resposta citou uma atividade não agrícola (trabalho de eletricitista) como principal fonte de renda familiar.

As questões referentes às ações durante a pandemia também trouxeram informações relevantes. Entre os respondentes, 37 % relataram a ocorrência de contaminação por Covid-19 na família. Com relação aos problemas trazidos pela pandemia nas atividades que envolvem o assentamento, todos citaram o encerramento das ações coletivas, sendo que a única mantida foi a produção. Apesar de ter sido continuada, a produção também foi marcada por prejuízos, sobretudo nos primeiros meses da pandemia, quando o governo do Distrito Federal proibiu o funcionamento das feiras livres, mercados e comércios ambulantes. O fechamento das feiras afetou a produção no sentido de que não foi mais possível organizar a produção (incluindo os cultivos na fase de colheita) sem a garantia de como se daria a comercialização e o escoamento da produção agrícola familiar. Desse modo, o que fazer com a produção? E mesmo que ela não fosse interrompida, como fazer para ter acesso ao consumidor final confinado e tendo como única e exclusiva opção a ida aos supermercados? Esse foi o primeiro dilema enfrentado pelos agricultores. Para contornar o problema, foram adotadas quatro medidas importantes: venda por entrega (*delivery*);

venda de cestas agroecológicas; participação em redes solidárias e venda direta em feira de reforma agrária.

A estratégia mais citada foi a venda por *delivery*, que constituiu a única alternativa no início da pandemia, em consequência do fechamento das feiras e mercados. Com esses estabelecimentos fechados, a única forma de escoar a produção era através da venda por entrega na casa do consumidor. No entanto, tal operação requer certo nível de organização para a manutenção da base de clientes/parceiros, através de redes de contato telefônico, WhatsApp e redes sociais, além da logística para o transporte dos produtos (disposição de veículos, custo com o combustível, ausência de pontos de distribuição). Antes, os consumidores se dirigiam aos espaços de comercialização, eliminando o custo do transporte até a residência, mas, no modelo *delivery*, há a necessidade de o produtor deslocar-se para entregar seu produto individualmente para os consumidores, percorrendo várias regiões administrativas.

Nesse ponto, é importante ressaltar que o tecido urbano-metropolitano de Brasília é um dos mais dispersos do mundo por influência do padrão de cidade polinucleada, além do aprofundamento do processo de segregação socioespacial (PAVIANI, 2007; CATALÃO, 2009). Por exemplo, a distância em linha reta entre a RA de Planaltina e de Brazlândia é de, aproximadamente, 60 km, enquanto o trajeto através das rodovias pode chegar a 85 km. Devido à centralidade do plano piloto e à concentração da população com maior renda, a maioria das feiras, dos estabelecimentos varejistas, bares e restaurantes está localizada na área central de Brasília, distante entre 25 e 30 km dos assentamentos que foram foco desta pesquisa.

Os trabalhadores também mencionaram a montagem de cestas agroecológicas, iniciativa mais recente que já vinha crescendo antes da pandemia, atendendo ao desejo de eliminar os intermediários entre os produtores e consumidores e buscando a criação de uma base forte de consumidores organizados em grupos de compra coletiva, parceria com sindicatos, restaurantes etc. Nesse sentido, a pandemia precipitou o fortalecimento e uma maior atenção para as cestas agroecológicas. O formato das cestas obedece a alguns critérios e variedade na sua composição. Em geral, todas contêm produtos cultivados nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, respeitando a sazonalidade da produção e sem

a utilização de agrotóxicos, esse formato podendo abranger a produção de várias famílias. As cestas podem ser adquiridas individualmente ou através de parcerias, como a realizada com o Sindicato dos Bancários do Distrito Federal. Os filiados podem se inscrever para ter acesso à cesta, mediante o pagamento mensal, o que garante uma cesta por semana, com sete (R\$ 165,00) ou 12 itens (R\$ 255,00).

Uma das alternativas buscadas pelos assentados para garantir o escoamento da produção foi a participação em redes de solidariedade surgidas no contexto da pandemia em Brasília. A primeira experiência destacada é a campanha “Nós por nós contra o Coronavírus”, organizada por iniciativa de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD), em parceria com o DCE UnB Honestino Guimarães e o apoio da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB). A campanha criou um financiamento coletivo visando a arrecadar recursos para custear cestas básicas sob responsabilidade dos assentados e que são distribuídas para famílias em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal.

Uma segunda experiência em redes de solidariedade consiste na participação no Projeto Dividir, que visa a minimizar os prejuízos sociais e econômicos da crise causados pelo coronavírus. No centro da articulação está o café/bar Objeto Encontrado, que reuniu uma rede de entidades composta por movimentos sociais, cafés, restaurantes, empresas do ramo alimentício, lojas de roupas, grupos artísticos, comunidades que sustentam a agricultura (CSAs) etc. Por meio de doações e arrecadação de recursos, foi possível ofertar produtos de necessidade básica, como cestas básicas, materiais de limpeza e higiene pessoal e marmitas. Os assentados são os fornecedores preferencias dos produtos utilizados nos cafés e restaurantes, bem como na preparação das marmitas solidárias distribuídas para as populações mais vulneráveis.

Entre as estratégias para contornar os impactos da pandemia destaca-se, por fim, a participação dos assentados na comercialização direta realizada na Feira da Ponta Norte, localizada na SQN 216 no plano piloto. A feira é uma iniciativa inovadora, atendendo a proposta dos moradores das quadras residenciais quanto à organização de uma feira de rua dedicada exclusivamente à comercialização de produtos de famílias ligadas aos

movimentos sociais e/ou de produtores familiares que seguem os princípios agroecológicos. Criada em 2019, com pouco tempo de funcionamento, a feira foi diretamente afetada pela pandemia. A feira se diferencia das demais existentes na cidade de Brasília por ser composta por famílias assentadas/acampadas da reforma agrária em Brasília tendo como prática comum os preceitos da agroecologia. Esse espaço constitui a única situação em Brasília na qual os feirantes são também os produtores, permitindo um contato direto com os consumidores finais, sem a necessidade de atravessadores, o que diminui os custos dos pequenos agricultores.

Finalmente, a última seção do questionário versou sobre a existência de algum tipo de apoio público, institucional e/ou da sociedade civil organizada durante a pandemia. Nenhum respondente informou ter recebido qualquer apoio por parte do Estado, dado preocupante, não só pela importância de tais grupos para a oferta de alimentos saudáveis para a população, como pelo fato de que os agricultores familiares foram justamente os mais afetados pela pandemia devido ao fechamento inicial das feiras e dos mercados, sendo necessário modificar sua estrutura de funcionamento, provisão e logística. A única forma de apoio citada foi por meio do próprio MST, através da participação nos referidos projetos e redes e do trabalho coletivo para a manutenção das ações de comercialização. Alguns respondentes ressaltaram a importância do MST, que mais prestou apoio do que recebeu, já que, através da articulação do movimento, foram doadas 26 toneladas de alimentos agroecológicos para a população do Distrito Federal.

6. Considerações finais

Diante da crise causada pela pandemia de Covid-19, encontrar as melhores alternativas de enfrentamento é um grande desafio. Os impactos dessa crise sanitária certamente permanecerão nos próximos anos em todo contexto econômico global, mas servirão para que se crie certa resiliência e maior preparo para eventuais crises futuras.

Os efeitos mais visíveis da pandemia foram o aumento do desemprego, com a consequente diminuição na renda das famílias; a proibição do

funcionamento das feiras de ruas e mercados em muitas cidades; a falência e o fechamento de restaurantes; queda na frequência de alimentação fora de casa etc. Porém, o maior problema foi o fortalecimento da insegurança alimentar da população, de modo que a fome voltou a ocupar os noticiários.

No auge da pandemia, as adaptações por meio das vendas *on-line* e *delivery*, realizadas pelos produtores foi importante não só para a geração de renda própria, mas também para manter a continuidade da produção e da distribuição de alimentos saudáveis à população. De forma repentina e sem qualquer apoio público, os assentados/acampados tiveram que rapidamente incorporar práticas novas nas dinâmicas de comercialização, entrega dos produtos e serviços. Outrossim, muitas das soluções encontradas demandam conhecimentos novos que não necessariamente são de fácil assimilação e manipulação, a exemplo do comércio *online* por redes sociais e *whatsapp*. Ou seja, a pandemia potencializou também as desigualdades existentes entre grandes superfícies de varejo alimentar e os pequenos agricultores nas suas capacidades de remodelar drasticamente sua rede de produção e comercialização para o modelo de vendas operadas remotamente, o que inclui formas novas de compra, pagamento, entrega e disponibilidade.

De acordo com os produtores que participaram desta pesquisa, o impacto da pandemia foi sentido principalmente no início em março de 2020 dada a maior dificuldade de comercialização dos produtos porquanto o fechamento das feiras e mercados de rua pelo decreto estabelecido pelo Governo do Distrito Federal. Não obstante esse desafio, a produção foi mantida graças às alternativas que foram sendo pensadas coletivamente mediante a constituição de redes de solidariedade entre os agricultores e um conjunto de atores da sociedade civil organizada em formas de movimentos sociais, ONGs e demais entidades que realizaram campanhas de arrecadação de recursos para minimizar os impactos da pandemia entre as populações mais vulneráveis.

Infelizmente não existem dados oficiais que possam mensurar o impacto da pandemia na quantidade e no valor dos produtos comercializados entre os assentados/acampados de reforma agrária, bem como avaliar em que medida os sucessivos decretos com proibição de circulação e o próprio comportamento dos consumidores que praticam o isolamento

social repercutiram também na frequência dos espaços preferenciais de comercialização (feiras) e na compra direta junto aos agricultores.

Ao fim e ao cabo percebe-se a alimentação como um importante elo entre aqueles que têm na produção sua fonte principal de renda e a população, que foi acolhida nos momentos de maior insegurança alimentar. A pandemia trouxe muitas dificuldades e muito desafios, de modo que a busca por novas soluções é um caminho que ainda precisa ser trilhado a cada dia. A agricultura familiar e camponesa necessita de apoio para continuar produzindo os alimentos que garantem uma alimentação mais equilibrada e saudável, além de mais incentivos governamentais para que as famílias consigam ter rendas significativas. É preciso combater a política de abastecimento alimentar que prioriza os estabelecimentos comerciais do varejo alimentício como opção preferencial de acesso aos alimentos. Durante a pandemia foram eles os únicos a jamais fecharem as portas em detrimento dos espaços alternativos de comercialização.

O modo como os alimentos são produzidos, consumidos, processados e distribuídos precisa ser reavaliado, para que toda a população tenha acesso à alimentação digna e saudável, pois já se possui tecnologia e conhecimento suficientes para que isso seja algo possível e comum.

A relevância que a discussão sobre a alimentação saudável adquiriu nos últimos anos, não só pela produção de alimentos orgânicos, livre de agrotóxicos, como também pelo desenvolvimento de uma agricultura mais próxima da dinâmica da natureza e sem exploração dos trabalhadores, permitiu que os movimentos sociais elegeassem a defesa da produção agroecológica como bandeira de luta. E, nesse contexto, o público da reforma agrária assume maior centralidade.

Referências

ANDRADE, Manuel Correa de. Geografia rural: questões teóricas-metodológicas e técnicas. **Campo - Território**, v. 5, n. 9, p. 5-16, 2010.

ATKINS, Peter J. Redefining agricultural geography as the geography of food. **Area**, v. 20, n. 3, p. 281-283, 1988.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Geografia, comércio e consumo: os supermercados como tema geográfico. **Revista Espaço e Geografia (UnB)**, v. 23, n. 2, p. 143-161, 2020.

BORGES, Bárbara Loureiro. **Reforma agrária e abastecimento alimentar:** a agricultura camponesa do Distrito Federal construindo a segurança e soberania alimentar. 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

BOTELHO FILHO, Flávio Borges. **As relações rural-urbano no Distrito Federal.** 2001. 226 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus Brasil.** Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm>. Acesso em: 06 mai. 2021.

CATALÃO, Igor. Brasília, cidade dispersa? 2009, Montevideu. **Anais on-line do Encontro de Geógrafos da América Latina.** Universidad de la República, 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/39.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2021.

CLOKE, Paul. Rurality. In: CLOKE, Paul; CRANG, Philip; GOODWIN, Mark (Org.). **Introducing human geographies.** London: Routledge, 2014. p. 720-738.

COOK, Ian. Geographies of food: following. **Progress in Human Geography**, v. 30, n. 5, p. 655-666, 2006.

COOK, Ian et al. (Org.). **The Wiley-Blackwell Companion to Cultural Geography.** Oxford: WileyBlackwell, 2013.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Saúde. Disponível em: <http://www.coronavirus.df.gov.br/>. Acesso em: 15 de abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 40.539 de 19 de março de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento de emergência da saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/ac087b76d5f34e38a5cf3573698393f6/Decreto_40539_19_03_2020.html>. Acesso em: 06 mai. 2021.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal** - Documento Técnico - Versão Final - 2009.

ELIAS, Denise. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Revista Acta Geográfica**, [S.L.], p. 13-32, 2013.

GOODMAN, Michael K. Food geographies I: Relational foodscapes and the busy-ness of being more-than-food. **Progress in Human Geography**, v. 40, n. 2, p. 257-266, 2016.

EMATER-DF. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal. **Impulsionado pelo consumo, cresce a produção de orgânicos na capital**. 05 mai. 2020. Disponível em: <<http://www.emater.df.gov.br/impulsionado-pelo-consumo-cresce-producao-de-organicos-na-capital/>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

EMATER-DF. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal. **Informações Agropecuárias do DF**. [s. d.]. Disponível em: <<http://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Relatorio-Atividades-Agropecuarias-2020-DF.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Agência IBGE Notícias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes#:~:text=Em%202020%2C%20tendo%20em%20vista,s%C3%A9rie%20hist%C3%B3rica%2C%20iniciada%20em%201996.>>. Acesso em: 03 Mar.2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Produção Agrícola Municipal 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estimativas de População 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Notas Metodológicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/res_ultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm>. Acesso em: 05 abr. 2021.

IDEC. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Feiras Orgânicas**. [s. d.]. Disponível em: <<https://feirasorganicas.org.br/estatisticas/>>. Acesso em: 03 mai. 2021.

LEDA, Luísa Corrêa. **Sistema tradicional de varejo de alimentos e sua importância para a segurança alimentar**: o caso do Distrito Federal. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Planaltina, 2017.

OLHE PARA A FOME. [s. d.]. Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde. Paho.org. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/coronavirus>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

PAIVA, Maria Cecília Sobral de. **Insegurança alimentar e os assentamentos como espaços de resistência aos descaminhos da alimentação da produção ao consumo**: a ação do MST no Distrito Federal e entorno. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

PAVIANI, Aldo. Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências. **Espaço & Geografia**, v. 10, n. 1, p. 1-22, 2007.

PIRES VIEIRA DA ROCHA, Carla. Paisaje alimentario bajo los flujos globales: alimentación y estilos de vida de inmigrantes transnacionales en Ámsterdã. **Razón y Palabra**, v. 21, n. 1, p. 643-659, 2017.

PORTO, Sílvio Isoppo; GRISA, Catia. Abastecimento alimentar e prioridades políticas na pandemia da covid-19. **Teoria e Debate**, 14 abr. 2020. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2020/04/14/abastecimento-alimentar-e-prioridades-politicas-na-pandemia-da-covid-19/>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

RIBEIRO SILVA, Rita de Cássia; PEREIRA, Marcos; CAMPELLO, Tereza; ARAGÃO, Érica; GUIMARÃES, Jane Mary de Medeiros; FERREIRA, Andréa; BARRETO, Maurício Lima; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 02, p. 45-65, 2005.

SILVA, Eliane Lima e; MIRANDA, Marina Jorge de; BEZERRA, Amarílís Bahia; MATOS, Karina Flávia Ribeiro; GURGEL, Helen da Costa. COVID-19 na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE): distribuição espacial e medidas sanitárias de contingência. **Hygeia**. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, p. 287-297, jun. 2020.

SILVA, Marco Antonio Ribeiro Baratto da. **Questão agrária e luta pela terra: a consolidação dos assentamentos de reforma agrária do MST no Distrito Federal e entorno**. 2017, 266 f. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

VONTHRON, Simon; PERRIN, Coline; SOULARD, Christophe-Toussaint. Foodscape: a scoping review and a research agenda for food security-related studies. **PLoS ONE, Public Library of Science**, v. 15, n. 5, p. 1-26, 2020.

ZHAI, Pan; DING, Yanbing; WU, Xia; LONG, Junke; ZHONG, Yanjun; LI, Yiming. The epidemiology, diagnosis and treatment of COVID-19. **International Journal of Antimicrobial Agents**, v. 55, n. 5, p. 105955, 2020.

Recebido em: 07/05/2021

Aceito em: 26/05/2021